

Verbas estaduais para educação são aumentadas

CORREIO BRAZILENSE
12 ABR 1990

Ao menos cinco estados já aumentaram, em suas Constituições, o percentual mínimo de sua receita de impostos que destinarão obrigatoriamente à educação. A revelação foi feita ontem pelo senador João Calmon (PMDB-ES), que está terminando um levantamento nacional sobre os gastos com educação. Calmon é autor do texto da Constituição Federal que obriga o Governo a investir no ensino o mínimo de 18 por cento de sua receita e fixa, para os estados e municípios, o patamar mínimo de 25 por cento.

De acordo com a lista de Calmon, o Rio Grande do Sul registrou o aumento maior, para 35 por cento de sua receita. São Paulo, Mato Grosso do Sul, Piauí e Goiás elevaram essa proporção para 30 por cento. Além deles, uma série de municípios tomou iniciativa semelhante, como o do Rio de Janeiro. Calmon comemorou particularmente, porém, a decisão tomada pelo município de Vitória, que aplicará no ensino o mínimo de 35 por cento, aprovando emenda apresentada pelo vereador Márcio Calmon, seu sobrinho.

O senador lamentou, porém, que mesmo verificando-se um movimento nacional no sentido de aumentar os investimentos em educação existam municípios que sequer cumprem o mínimo constitucional. Em tese, lembrou Calmon, esses municípios estão sujeitos a uma intervenção, mas a verdade é que até agora nada se fez nesse sentido. "E por ocorrerem descasos co-

mo esses que a educação brasileira apresenta um quadro dramático, com 88 por cento de crianças sequer terminando o ensino de primeiro grau", acusou o senador.

João Calmon defendeu uma imediata avaliação do ensino nacional, como já aconteceu em países como os Estados Unidos e União Soviética. Nos dois casos houve um exame profundo do quadro educacional, chegando-se a conclusões extremamente negativas que desencadearam um processo de reformulação visando a melhoria de qualidade do ensino. Depois disso, Japão e Estados Unidos firmaram até mesmo um acordo para avaliação mútua de seus sistemas.

Na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, Calmon conseguiu obter para o Ministério da Educação a dotação de recursos especiais para proceder a essa avaliação. Ele pretende inclusive levar ao presidente Fernando Collor subsídios sobre a necessidade de se realizar no Brasil um diagnóstico aprofundado como os que se fizeram lá fora.

MENSALIDADES

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, disse ontem que não vai homologar parecer nenhum do Conselho Federal de Educação concedendo aumento retroativo de mensalidades escolares. É que o CFE aprovou na semana passada um aumento retroativo de julho de 1989 para todas as mensalidades de escolas de primeiro e segundo graus de São Paulo.